



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,
REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2016

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2016, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Cármen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1. Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um Representante de Junta de Freguesia;**-----

-----**2. Contratação de dois empréstimos, um de longo prazo e outro de médio prazo, respetivamente até 998.000 euros (novecentos e noventa e oito mil euros) e até 735.000 euros (setecentos e trinta e cinco mil euros);**-----

-----**3. Aprovação da Minuta de Protocolo de Delegação de Competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa, relativas ao Regime Jurídico de Serviços Públicos de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Bertina Pereira João Duarte e Paulo Rodrigo Marquês Ruivo;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino Jesus, Fernando José Mestre Patrício, em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, e Artur José da Cunha Borges, em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago.-----

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças e uma ausência da cidadã Ana Isabel Teixeira de Campos, convocada para substituir o Deputado Francisco Manuel Soares Cordeiro, **a Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos.-----

-----Verificou-se também a presença da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Francisco José Pereira Luís.-----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, por motivo de doença, e da Sra. Vereadora Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, por razões de ordem familiar.-----

-----Seguidamente, e após cumprimentar todos os presentes, a Presidente da Assembleia Municipal informou que a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, do Grupo Municipal do PS, solicitara a suspensão do seu mandato por um período de seis meses no exercício do direito de maternidade, pelo que a AMS, nos termos do art.º 77º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devia apreciar o seu pedido. Assim sendo, perguntava ao Plenário se tinha alguma objeção a colocar. Como nenhum Deputado se manifestou, o pedido de suspensão de mandato foi aceite.-----

-----A Presidente da AMS informou que a Deputada Bertina Duarte fora convocada para substituir a Deputada Joana Bastos.-----

-----Deu depois conhecimento que a Deputada Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues (PS) solicitara a sua substituição por razões de saúde, tendo sido convocado o Deputado Paulo Ruivo. Também o Deputado Francisco Cordeiro (CDU) solicitara a sua substituição por razões profissionais, e apesar de terem sido convocados os elementos seguintes na ordem da respetiva lista, a cidadã Ana Campos, comunicara hoje a sua indisponibilidade para poder comparecer por motivo de doença.-----

-----Informou ainda, que a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso, tinha comunicado que não podia comparecer e que a substituiria Artur José da Cunha Borges. Igualmente o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, tinha informado que não podia comparecer e que seria substituído por Fernando José Mestre Patrício.-----

-----Informou que iria colocar à votação duas atas da Assembleia Municipal, nomeadamente de 6 de março de 2015 e de 17 de abril de 2015.-----

-----Após votação, a ata de 6 de março de 2015 foi aprovada por **unanimidade**.-----

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Seguiu-se a votação da ata de 17 de abril de 2015, que também foi aprovada por **unanimidade**.-

-----A Presidente deu ainda conhecimento a todos os presentes de que o Deputado Lobo da Silva fizera chegar à Assembleia um exemplar do jornal “Charlie”, para consulta, lançado 1 ano após as ocorrências na redacção, às quais esta Assembleia havia mostrado o seu repúdio pelo ato bárbaro tal como o fizera a 14 de novembro, na sessão Temática aquando dos ataques ocorridos em Paris. -----

-----Agradeceu a presença de todos os munícipes e informou o programa para a sessão. -----

-----A Primeira-Secretária da Mesa da AMS fez a leitura da **“SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais: -----

-----*“No dia 08 de Março de 1857 centenas de mulheres das fábricas de vestuário e têxteis de Nova lorque iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, contra o período de mais de 16 horas diárias de jornada e as más condições de trabalho. Durante esta greve declarou-se um incêndio que causou a morte a cerca de 130 manifestantes. Durante uma conferência mundial das organizações socialistas, decorrida em Copenhaga (Dinamarca) no ano de 1910, a revolucionária alemã Clara Zetkin propôs o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. Este é internacionalmente oficializado através de decreto pelas Nações Unidas em 1975.*-----

-----*Ao longo destes anos as mulheres do mundo ocidental foram conquistando direitos e oportunidades que até então lhes estavam negados. Em Portugal, a Revolução do 25 de Abril de 1974, foi determinante neste âmbito, pois permitiu alterar o estatuto da mulher e proporcionar-lhe um maior acesso à educação, ao trabalho e à participação na vida social, política e cívica. O "Dia Internacional da Mulher", marca assim, de forma simbólica, a longa luta das mulheres pela igualdade de direitos, pela sua emancipação, pela afirmação de que mulheres e homens são iguais na construção de uma sociedade justa e solidária.*-----

-----*No próximo dia 8 de março, celebraremos mais um dia internacional da mulher. Contudo, 41 Anos após as primeiras comemorações do 8 de março em liberdade, as desigualdades subsistem no nosso país. Vive-se ainda na desvalorização das competências das mulheres, no facto de serem as principais vítimas de assédio no local de trabalho e de violência doméstica, no facto de auferirem os salários, reformas e pensões mais baixos. Trabalham mais horas, têm menor oportunidade de sucesso nas carreiras, há menos mulheres em cargos de poder e de decisão, verificando-se também a diminuição do número de mulheres na política e ainda no poder local. São ainda elas quem mais sofre a precariedade e o desemprego.*-----

----- *Assim, celebrar o Dia Internacional da Mulher é homenagear as mulheres, que em todo o mundo, diariamente resistem às inúmeras formas de opressão. E é também assumirmos responsabilidades na luta*

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pela igualdade. É imprescindível continuar a promover o aprofundamento das políticas de igualdade de género, designadamente quanto à conciliação da vida pessoal, profissional e familiar, o acesso ao emprego e a redução do diferencial salarial. É imprescindível continuar a dignificar e valorizar o papel da mulher na sociedade, ajudando a contestar e a rever os preconceitos e as limitações que vêm sendo impostos à mulher. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão extraordinária no dia 26 de Fevereiro de 2016, saúda as mulheres. Saúda todas e todos, os que ao longo dos anos contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Apela à mobilização de todas e todos, nomeadamente os que têm responsabilidades políticas, para que contribuam para aperfeiçoar e consolidar uma sociedade mais igualitária, onde a dignidade e os plenos direitos da mulher devam ser reconhecidos em todas as matérias. -----

----- Os eleitos na Assembleia Municipal de Sesimbra. -----

-----26 de fevereiro de 2016-----

-----Dar conhecimento desta Moção:-----

-----Presidente da República;-----

-----Presidente da Assembleia da República;-----

-----Primeiro-ministro;-----

-----Grupos parlamentares da Assembleia da República;-----

-----Comissão dos assuntos da igualdade da Assembleia da República;-----

-----Assembleias e câmaras municipais do distrito de Setúbal;-----

-----Juntas e assembleias de freguesia do concelho de Sesimbra;-----

-----Centrais sindicais;-----

-----Junta metropolitana de Lisboa;-----

-----Associação de municípios da região de Setúbal;-----

-----Movimento Democrático de Mulheres;-----

-----Departamento Nacional de Mulheres Socialistas;-----

-----Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal;-----

-----Movimento das Mulheres Sociais Democratas;-----

-----União de Mulheres Alternativa e Resposta;-----

-----Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;-----

-----Comunicação social local e regional.”-----

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e disse que não havia sido referenciado o Movimento das Mulheres Sociais-Democratas no documento, como tinha sido sugerido pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que de facto, a situação referida pelo Deputado Lobo da Silva correspondia aos factos, pois tal informação havia sido enviada por correio electrónico para a Presidente da AMS mas que por lapso, se esqueceram de informar os restantes líderes para acrescentar mais uma entidade no documento. Disse ainda que o interesse seria a divulgação deste documento a quem direta ou indirectamente pudesse contribuir para o objectivo proposto nesta Saudação. -----

-----**Submetida a votação, sob proposta da Comissão de Líderes, a Saudação foi aprovada por unanimidade.**-----

-----“A Presidente da AMS continuou os trabalhos e o **Deputado Miguel Ribeiro** fez a leitura da Moção “**Em defesa da Pesca Apeada na zona do Parque Natural Luiz Saldanha**”: -----

-----*O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de Agosto, regula as actividades que se podem desenvolver nas diferentes zonas do Parque Marinho, visando garantir a conservação dos valores naturais e o futuro dos recursos pesqueiros.*-----

-----*Com efeito, a área marinha de intervenção do POPNA integra áreas prioritárias para a conservação da natureza, sujeitas a diferentes níveis de protecção e de uso.*-----

-----*Refira-se a este propósito que, apesar de todas as restrições que lhes foram impostas sem que tivessem sido devidamente auscultados por quem de direito, os pescadores sesimbrenses têm feito um enorme esforço para manter a dignidade do ofício e o prestígio da região, aguardando que lhes seja feita a merecida justiça.*-----

-----*O exercício da pesca lúdica, regulado pelo Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 101/2013, de 25 de Julho, que estabelece o quadro legal aplicável à pesca lúdica, e pela Portaria n.º 14/2014, de 23 de Janeiro, que define as artes permitidas, condicionamentos, termos do licenciamento e taxas aplicáveis ao seu exercício, está condicionado nas áreas classificadas pelos planos de ordenamento e pela regulamentação aplicável em cada área protegida.*-----

-----*A prática da **pesca lúdica apeada** pressupõe a captura de espécies marinhas, vegetais ou animais, sem fins comerciais ou científicos, a partir de terra firme ou de formações rochosas ilhadas, e sempre fez*

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

parte da tradição cultural das populações do concelho de Sesimbra. -----
-----Todavia, no atual quadro legal, a **pesca lúdica apeada** apenas é permitida na área de Proteção Complementar do Parque Marinho Luiz Saldanha (PMLS), sendo proibida nas restantes áreas de Proteção (Total e Parcial), que no seu conjunto representam cerca de 60% da área total do Parque Marinho, e que incluem os locais de pesca (“pesqueiros”) de melhor acesso. -----
-----Entretanto, um grupo de pescadores praticantes desta modalidade de pesca, da zona da Azoia Espichel, tem vindo a pronunciar-se em várias ocasiões sobre a pesca apeada enquanto elemento essencial da cultura local, rejeitando a ideia de que se trata de uma pesca predadora, e tem vindo a defender a aplicação de um Regulamento semelhante ao do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, que prevê a possibilidade de exercício da pesca apeada, limitada na emissão do número de licenças.-----
-----Certo é que, a criação do Parque Marinho Luiz Saldanha não levou em conta, entre outros fatores de relevo, as necessidades reais das populações e a identidade cultural ligada à pesca, ao contrário do que a própria lei preconizava, cumprindo reverter esta situação e adequar o POPNA às realidades sociais, económicas e culturais, sem perder de vista os objetivos de proteção da natureza e da biodiversidade, a serem salvaguardados por uma fiscalização eficaz. -----
----- Aquando da aprovação do POPNA, o Governo assumiu o compromisso de proceder à sua revisão passados três anos, mas a verdade é que passaram quase 11 anos e essa revisão, apesar de anunciada, não teve quaisquer desenvolvimentos, frustrando as expectativas das populações, interessadas em soluções mais ajustadas à sua realidade social, económica e cultural.-----
-----Atento o exposto, e CONSIDERANDO QUE:-----
-----A) O POPNA limita sobremaneira o desenvolvimento de atividades tradicionais, que sempre coexistiram com a proteção da natureza, como é o caso da pesca apeada; -----
-----B) A pesca apeada faz parte da identidade cultural das populações de Sesimbra, e tradicionalmente sempre foi, a par com a atividade agrícola, utilizada como fonte adicional de obtenção de recursos alimentícios a partir da natureza; -----
-----C) A proibição de pesca apeada, aplicável a cerca de 60% da área do Parque, tem consequências sociais nefastas para as referidas comunidades;-----
----- D) Não existem evidências de impacto biológico significativo desta modalidade de pesca não profissional que possam justificar tal proibição absoluta de capturas nas referidas áreas;-----
-----E) Pelo contrário, a pesca apeada não tem peso significativo e repercussão relevante ao nível da

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

protecção dos recursos naturais marinhos do Parque Luiz Saldanha; -----
-----*A Assembleia Municipal, reunida em plenário no dia 26 de Fevereiro de 2016, delibera:*-----
-----*Solicitar ao Governo que considere, no âmbito da necessária revisão do POPNA e das condicionantes que vierem a ser definidas, como sejam o número de licenças e o peso máximo, autorizar a atividade da pesca lúdica apeada nas áreas de protecção Total e Parcial do Parque Marinho Luiz Saldanha.*
-----*Dar conhecimento desta Moção:*-----
-----*Ao Sr. Presidente da República*-----
-----*Ao Sr. Presidente da Assembleia da República*-----
-----*Ao Sr. Primeiro-Ministro*-----
-----*À Sra. Ministra do Mar*-----
-----*Ao "Parque Natural da Arrábida" (PNA)*-----
-----*Ao Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia*-----
-----*Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República*-----
-----*À Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local*-----
-----*Ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas*-----
-----*Junta Metropolitana de Lisboa*-----
-----*Câmara Municipal de Sesimbra*-----
-----*Assembleias e Juntas de Freguesia do Município de Sesimbra*-----
-----*Comunicação Social Local e Regional"*-----
-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que cumprimentou todos os presentes e formulou os desejos sinceros de rápido e completo restabelecimento do Presidente da Câmara.-----
-----Relativamente à Moção apresentada, o Deputado disse ter-lhe ocorrido uma questão, deixando mesmo à consideração dos subscritores deste documento que se prendia com o facto de atualmente estar a decorrer o processo de revisão do POPNA e considerara conveniente remeter o documento não só ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (**ICNF**) mas em concreto ao Parque Natural da Arrábida (PNA) com referência de que se tratava de uma posição da Assembleia Municipal sobre esta matéria. Disse ter conhecimento da audição do Clube Naval e que o processo fora adjudicado a uma empresa mais vocacionada para as questões da área terrestre e não tanto da área marinha e que o Clube Naval, que estava relacionado com a questão do Parque Marinho, saíra um pouco frustrado da audição, se bem que na sequência do processo pudesse ter havido uma evolução diferente. Disse concordar com a Moção e que o Grupo Municipal do PS teria muito gosto em subscrever, juntamente com o MSU e

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

restantes bancadas, e que se tratava de uma atividade de grande tradição no concelho de Sesimbra, que trazia mais condições de subsistência para as famílias bem como uma grande evolução em termos turísticos.-----

-----Referiu que o Grupo Municipal do PS votaria favoravelmente na Moção apresentada. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que o Grupo Municipal da CDU concordava com a Moção e que era restritiva, uma vez que se estava perante o processo de Revisão do POPNA e que a AMS deveria tomar todas as providências possíveis para que essa mesma Revisão fosse realizada o mais rapidamente possível e que as normas, legislação e fiscalização da prática da modalidade de pesca apeada no Parque Natural referidas nos parágrafos deveriam ser aplicadas.-----

-----Considerou a Moção bastante restritiva à pesca apeada e que os Parques Naturais deveriam ser usufruídos pela população, uma vez que a população da região de Sesimbra sempre laborara no Parque Natural da Arrábida e que a sua existência se devia a essa mesma população.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votaria contra esta Moção, pois concluíra que a pesca profissional não poderia ser separada da pesca lúdica. Disse que a pesca lúdica tinha várias situações bastante duvidosas, pois não passava por um entreposto como a Doca, onde havia uma pesagem e controlo e que uma grande percentagem da pesca lúdica era realizada para complementação de salários e sobrevivência. -----

-----Referiu que muitos dos restaurantes na Vila compravam pescado que não era controlado. -----

-----Salientou que sendo a pesca apeada uma questão cultural do concelho, não deixava de ser verdade que os pescadores e a pesca no mar também não deixavam de ser uma tradição histórica da Vila de Sesimbra. Por essas razões a Moção não poderia separar as questões da pesca lúdica das questões referentes ao POPNA.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que cumprimentou todos os presentes e disse que estavam a fazer-se intervenções à volta de um documento muito bem apresentado pelo MSU, num caso concreto relacionado com a pesca apeada. Disse que o Grupo Municipal do PSD apoiava e votaria favoravelmente este documento, independentemente de qualquer outro contributo que os Grupos Municipais pudessem dar no âmbito da Regulamentação do POPNA. -----

-----Disse que era um documento que visava uma atividade importante para os munícipes de Sesimbra que a ela se dedicavam e que não fazia que os impostos pagos ou não pagos fossem tão significativos que obrigassem este documento a ter outros contornos que não a aprovação pela

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal. -----

-----A **Presidente da AMS** interveio e convidou a Comissão de Líderes a agendar uma discussão do atual ponto de situação da Revisão do POPNA, qualquer que fosse o resultado final da deliberação desta Moção. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Moção fora apresentada relativamente à pesca apeada mas não excluía qualquer outro problema associado ao Parque Natural. Disse também que era pescador lúdico mas que deixara de o ser mas os moradores da Azóia sentiam alguma nostalgia e tristeza pelo facto de historicamente os seus pais terem ido para aqueles pesqueiros e actualmente tal não ser permitido. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse concordar com a proposta da Presidente acerca do agendamento de uma discussão uma vez que tinha havido uma mudança de enquadramento político, havia a necessidade de entender se existira alguma evolução noutra sentido pelo novo Governo.-----

-----Relativamente à posição do BE disse ter ficado triste por poder não vir a ser realizada uma aprovação unânime e apelou ao sentimento do Deputado José Guerra no sentido de que o próprio documento continha em si a forma de condicionar este tipo de pesca. Disse que era desejável que em Sesimbra tudo continuasse a ser como até agora e exemplificou com o mercado de Azeitão onde se compravam produtos regionais sem que fossem pagos grandes impostos e disse que ninguém enriqueceria a pescar numa pedra na Azóia e que não seria esse facto a pôr em causa a atividade das pescas industrial e tradicional.-----

-----Referiu que o pretendido era perceber que se tratava de uma atividade importante não só para as populações locais mas também em termos turísticos e apelou novamente ao Deputado do BE que repensasse a sua posição no sentido de haver uma aprovação por unanimidade.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que reforçou que não se tratava de Moção restritiva no aspeto de deixar de parte outras realidades também importantes para a temática do POPNA e que o Grupo Municipal do MSU se direcionara para esta modalidade, uma vez que alguns pescadores gostavam deste tipo de pesca e se haviam manifestado com tristeza pelo facto de não poderem “fazer uso” do Parque na maior parte da sua extensão. -----

-----Em relação à proposta do Grupo Municipal do PS disse que concordava com a inclusão do PNA na lista das entidades e que seria importante a análise mais aprofundada desta questão pela Comissão de Líderes. Disse que a realização desta Moção fora a pensar nos interesses dos pescadores naquilo que era a

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

sua identidade cultural e que o POPNA tivera efeitos negativos, tendo pago o justo pelo pecador e que era necessário reforçar a fiscalização e definir a quem seria incumbida relativamente às situações em que o pescado não era declarado em lota e que na pesca profissional, a fuga à lota também era uma realidade.-----

-----Referiu que tinha sido pensada a reunião do consenso de todas as bancadas políticas sem que tivesse sido feita qualquer referência político-partidária e que com a passagem de vários Governos nos últimos 11 anos não interessava apontar o responsável e que o mais importante seria continuar em frente e fazer o melhor. Apelou ao Deputado José Guerra que repensasse a sua posição e que votasse favoravelmente nesta Moção em prole dos Sesimbrenses e dos pescadores de Sesimbra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Tiago Aragão** que disse que o facto de esta Moção ser o mais específico não era totalmente mau, tendo até vantagens em termos de especificação e apresentação de soluções.-----

-----Para poder colmatar um pouco essa situação de especificação, sugeriu que fosse colocada uma nota, se assim fosse entendido, na qual seria anexada a Moção apresentada aquando da Sessão Temática sobre o POPNA e os documentos daí resultantes para que fosse demonstrada a existência de um trabalho e uma apreciação mais global e mais recentemente a especificação de uma determinada matéria sem que fosse tirada a possibilidade de outras bancadas apresentarem outras propostas como poderia ser o caso do BE. - -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse ao Deputado Manuel José Pereira que se se tratasse de pesca desportiva o seu voto seria favorável porque se tratava de um tipo de pesca controlada, com júri, o peixe era pesado e devolvido ao mar. -----

-----Questionou os restantes Deputados sobre a desleal concorrência entre este pescado livre de impostos e encargos e o capturado pela pesca profissional e de que forma se poderia defender que os pescadores lúdicos pudessem pescar em zonas de interdição total onde os pescadores profissionais não podiam ir. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que disse não se estar a falar do mais importante que era o acordo na Moção apresentada que vinha contribuir numa situação criada há alguns anos. Disse que o Deputado José Guerra fizera uma afirmação que não poderia passar em claro e que no ano passado, enquanto dirigente do maior sindicato português, trouxera para Sesimbra a final da pesca desportiva de mar e que de entre os participantes de todo o país, todos levaram o peixe de Sesimbra para casa sem que tivesse sido lançado ao mar, não sendo verdade que a pesca desportiva devolvesse o peixe

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

ao mar. -----

-----A Presidente da AMS questionou o Deputado Miguel Ribeiro sobre a intervenção do Deputado Tiago Aragão.-----

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que a anexação da Moção aprovada pela AMS não era essencial neste caso uma vez que se tratava de uma questão concreta. No entanto, caso o documento fosse em anexo, essa proposta não deixaria de ser aceite.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse ao Deputado José Guerra estar a cometer um equívoco relativamente às pessoas não pagarem impostos neste tipo de pesca e que essa pesca já existia, exceto naquele troço, e que a argumentação do Deputado não fazia qualquer sentido porque essa situação era aplicada na pesca apeada em qualquer zona do país. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse entender que o Deputado José Guerra tivesse uma posição bem como os diversos oradores e que este mudasse de opinião mas percebera que tal não iria acontecer.-----

-----Disse que se tratava de um assunto sem qualquer contestação e que relativamente à Moção apresentada pelo MSU, a mesma focava uma vertente que era o aspeto da pesca apeada, não estando em causa se eram pagos impostos ou não.-----

-----A **Presidente da AMS** informou que iria ser feito um intervalo para reflexão e que uma vez que este documento iria ser enviado a várias entidades, com um tema vasto que a todos tinha envolvido e preocupado, a não consensualidade para uma votação por unanimidade seria um indicador negativo para os horizontes da AMS que era dar um contributo à necessidade de revisão do POPNA. -----

-----A Sessão foi interrompida por cinco minutos.-----

-----Foram retomados os Trabalhos e a **Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra** colocou à votação a Moção. -----

-----**Submetida a votação, sob proposta do Grupo Municipal do MSU, a Moção subordinada ao título “Em defesa da Pesca Apeada na zona do Parque Natural Luiz Saldanha”, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor da CDU, PS, PSD/CDS-PP e MSU e 1 abstenção do BE.** -----

-----Teve o uso da palavra o **Deputado José Guerra**, para prestar a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“*O Bloco de esquerda abstém-se na Moção apresentada Pelo MSU (Movimento Sesimbra Unida), em “Defesa da Pesca Apeada na zona do Parque Natural Luíz Saldanha”, porque ao tentar apresentar-se como uma discriminação positiva, a verdade é que ao defender-se uma uma discriminação positiva para a pesca apeada está-se a gerar concorrência desleal em relação aos trabalhadores e armadores da pesca.*-----

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O que vemos é a proposta dirigida unicamente aos pescadores de pesca lúdica, de acesso a toda a área de zona protegida do Parque Natural, sem que o POPNA tenha sido revisto, quando há 11 anos o governo comprometeu-se num prazo de 3 anos para uma revisão.-----

-----A pesca lúdica apeada defendida pela Moção do MSU, e votada favoravelmente pelas bancadas da CDU, do PS, do PSD e do proponente MSU, não nos deixou alternativa, a não ser a da abstenção, porque a pesca lúdica apeada aqui defendida, até por definição de ser apenas para fins lúdicos, não é na maioria dos casos apenas lúdica. É muitas vezes para complemento salarial, ou até em alguns casos a única forma de rendimento.-----

-----Não existe capacidade efetiva das autoridades para verificar a quantidade capturada por cada um destes pescadores, porque ao contrário da pesca profissional, a venda não é controlada, não existindo obrigatoriedade legal de descarregar o pescado capturado numa lota.-----

-----O Bloco de Esquerda de Sesimbra acaba por constatar uma concorrência desleal entre este pescado, livre de impostos e encargos, e o capturado pela pesca profissional. Isto vale para a pesca lúdica apeada ou embarcada.-----

-----Reconhecemos alguma legitimidade na possibilidade de aceder a mais zonas de pesca. Mas como podemos defender que os pescadores lúdicos (mesmo aos que sejam mesmo apenas lúdicos) que possam pescar em zonas de interdição total, onde os pescadores profissionais não podem ir?-----

-----Pelos motivos descritos, o Bloco de Esquerda abstêm-se na votação desta Moção.-----

-----O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda”-----

-----**A Presidente da AMS** declarou depois aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS**”, tendo sido cedida a palavra ao Município **Manuel Ruivo**, residente na Azóia que falou sobre a pesca lúdica apeada (por dificuldades técnicas não foi possível ouvir a intervenção).-----

-----Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto 1. “**Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um Representante de Junta de Freguesia**” e disse que tal como fora referido na receção da documentação por parte da CMS enviada pelo Vereador Francisco Luís, de acordo com o novo Enquadramento Legal, fora solicitado que no âmbito das constituição das Comissões Legais fosse também incluído um representante das Juntas de Freguesia a designar pela Assembleia Municipal. Disse que já era prática metodológica, no início de cada mandato, distribuir os representantes segundo o que era previsto no Quadro Legal. Referiu que esta situação ocorrera recentemente e que se iria proceder à eleição depois da distribuição dos “boletins de voto” aos membros da Assembleia.-----

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Assembleia Municipal elegeu por escrutínio secreto, com 22 votos a favor e um voto em branco, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, como Representante de Junta de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

-----A Presidente da AMS desejou ao Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde as maiores felicidades com o seu contributo para o melhor funcionamento desta Comissão.-----

-----A Presidente da AMS declarou em seguida aberto o 2.º ponto da Ordem de Trabalhos que dizia respeito à **“Contratação de dois empréstimos, um de longo prazo e outro de médio prazo, respetivamente até 998.000 euros (novecentos e noventa e oito mil euros) e até 735.000 euros (setecentos e trinta e cinco mil euros)”**.-----

-----Chamou depois a atenção para o facto de embora a designação estivesse conjunta porque fora assim transmitida aquando da indicação do nome do processo para inclusão na Ordem de trabalhos, tornava-se no entanto necessário que fossem tomadas deliberações distintas uma vez que seriam também emitidas duas certidões que acompanhariam os processos nos seus procedimentos legais. Esta era uma questão metodológica do ponto de vista da sua deliberação e do funcionamento administrativo posterior, mas gostaria de fazer este alerta e correção para que todos os deputados compreendessem que a deliberação ocorreria em dois momentos. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção lembrando que a matéria baixara à Comissão “5” de Finanças Municipais e Administração Autárquica, da qual era Coordenador o Deputado Pedro Mesquita, a qual reunira no dia 23 de fevereiro em conjunto com a Comissão “2” de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território, considerando o assunto da Aprovação da Minuta de Protocolo de Delegação de Competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa, relativas ao Regime Jurídico de Serviços Públicos de Transporte de Passageiros.-----

-----Compareceram na reunião os Srs. Vereadores José Polido e Sérgio Marcelino onde foram prestadas informações, o enquadramento daquilo que eram as perspetivas de aplicabilidade destes dois pedidos de empréstimos. Fora elaborada ata que já era do conhecimento de todos os Deputados. -----

-----Cedeu em seguida o uso da palavra ao Coordenador da Comissão “5” para fazer algum comentário ou explicação sobre a reunião realizada.-----

-----O Deputado Pedro Mesquita acrescentou que o Sr. Vereador José Polido esclarecera todas as dúvidas suscitadas pelos diversos deputados presentes na reunião. -----

-----O Deputado Mendes Dias solicitou que o Vereador José Polido esclarecesse o plenário uma vez que não haviam comparecido todos os deputados na reunião realizada no dia 23 de fevereiro. Assim

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

como os munícipes presentes gostariam de ter conhecimento a razão dos empréstimos. Aproveitava para perguntar qual o valor do *spread* para cada um dos empréstimos. -----

-----**A Presidente da AMS** perguntou se mais algum Deputado pretendia colocar alguma questão tendo solicitado o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que iria abordar os dois empréstimos em conjunto. -----

-----O Movimento Sesimbra Unida, considerando os fins a que se destinam os financiamentos, o de médio prazo de 735 mil euros para aquisição de equipamento circulante indispensável à melhoria das frotas, o de longo prazo de 998 mil euros para beneficiação, reabilitação e instalação de estruturas nas áreas do desporto, rede de esgotos, rede viária, água e recursos hídricos, o valor dos empréstimos a contratar de 1 milhão e 733 mil euros, sendo inferior ao valor das amortizações anuais dos juros dos financiamentos em curso que ia ser de 1 milhão e 742 mil euros não aumenta o endividamento global reportado ao final de 2015. O prazo dos empréstimos, sendo inferior à vida útil dos equipamentos e o *spread* conseguido de 1.1 substancialmente competitivo em relação a qualquer outra alternativa para alcançar os mesmos fins, o Movimento sesimbra Unido iria votar favoravelmente as duas propostas. ----

-----Contudo, não podia deixar de referir dois reparos. Todos os cálculos apresentados da análise comparativa das propostas ocupando, na nossa opinião, desnecessariamente durante muitas horas um colaborador ou colaboradora, exigira um esforço, mas infelizmente sem mérito, dado que o indexante era negativo e a taxa de referência zero, pelo que a pessoa tinha estado a fazer análises comparativas desnecessárias e, como era evidente, as chefias deviam poupar os colaboradores a esforços desnecessários, que fora o caso. -----

-----Em 2º lugar, a carta de solicitação das propostas enviada aos bancos não era clara e bastava reparar que cada banco apresentara propostas diferenciadas em função da configuração da operação. Existiam bancos que tinham apresentado prestações constantes ao longo do empréstimo, outros haviam apresentado propostas com amortizações constantes mas como era evidente com um juro variável em função da dívida e outros como era o caso do BPI apresentara as 2 alternativas.-----

-----Ora quem fazia o pedido das propostas era o executivo e era ele quem devia dizer aos bancos como é que era a operação e não o inverso, e aí recomendava que no futuro as cartas dissessem se queriam prestações constantes de capital e juro, se queriam uma versão constante e variável em função da dívida. Só para ter uma ideia no empréstimo de 998 mil euros, estava-se a falar de uma variação na configuração de prestações constantes de entre a 1ª e a última de 10.000 euros. Não fora esta a opção que a CMS tomara, a CMS tomara a opção de prestações constantes, mas seria conveniente, no futuro,

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

saber em relação ao seu cash flow e às perspetivas de fluxos financeiros qual seria a configuração que interessava e seria essa que teria de pedir para ser mais fácil depois quando recebesse as propostas pois seriam propostas comparativas. -----

-----Cedido o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** iniciou a sua intervenção dizendo que apresentada toda a documentação sobre a capacidade de endividamento e a previsão do serviço da dívida, confirmado de facto que globalmente não aumentava o valor do endividamento, o PS aprovava. Aliás já o tinha dito em carta branca que aprovaria quando se discutira a proposta do Orçamento para 2016. O PS aprovava os dois empréstimos e desejava que tudo corresse bem na sua execução. Não punha em dúvida nenhum dos destinos dos empréstimos, que para o PS o enfoque da AMS devia estar aí, naquilo que a CMS se propunha realizar com o produto dos empréstimos, e não tanto nos aspetos de execução financeira que do seu posto de vista era mais do órgão executivo, naturalmente atento às determinadas condicionantes que já haviam sido demonstradas à AMS. -----

-----Relativamente ao destino uma questão que reafirmava na AMS e que já tinha referido na reunião das Comissões tinha a ver com as pavimentações, sendo que o apelo que o Grupo Municipal do PS deixava era que a CMS respeitasse, na medida do possível, compromissos que publicamente já assumira na AMS e em fóruns públicos, das prioridades que definira quanto aos asphaltamentos, referia-se nomeadamente à freguesia do Castelo, que como todos sabiam era a mais necessitada dadas as obras de saneamento que tinham tido lugar em larga escala, e para além disso, chamar também a atenção para um problema que era bastante importante e que julgava que a CMS estava a tratar como já o afirmara, que era todo o eixo relacionado com as escolas de Sampaio, portanto com todos os problemas associados à circulação, à segurança e ao estado das vias e passeios porque também havia muita circulação pedonal naquela zona, muitos transportes públicos e privados e portanto havia que tratar convenientemente. Existiam ruas naquele enquadramento que teriam de ser com sentido único seguramente e necessariamente e o GM achava que era o momento adequado. Não sabia se tinha que ser utilizado o produto do empréstimo, provavelmente até não, porque parecia não existirem grandes obras de asphaltamento a fazer, mas que fosse aproveitado o enquadramento das obras das estradas e ruas para que aquela zona tivesse a devida atenção, Cotovia, Sampaio, Maçã, estrada 379, por aí fora. Era este o compromisso público que o GM do PS por um lado afirmava como um ponto de vista do PS e solicitava à CMS que nesta intervenção se dedicasse um pouco àquela matéria. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado Alain Monteiro** disse que o seu GM considerava-se esclarecido tendo em conta a reunião realizada no dia 23 de fevereiro com a presença dos Vereadores, à

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

qual, também comparecera. O GM da CDU concordava com o destino da verba dos empréstimos que iria melhorar a capacidade de resposta da CMS. Também considerava que era um bom negócio para o Município tendo em atenção as taxas de juro abaixo do esperado, como o Vereador José Polido referira na reunião das Comissões. Por último disse que era importante destacar a situação financeira da CMS que a permitia fazer os empréstimos. -----

-----Seguidamente a **Sra. Vice-Presidente da CMS** cumprimentou todos os presentes e cedeu a palavra ao Sr. Vereador José Polido para prestar os esclarecimentos adicionais. -----

-----O **Vereador José Polido** iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que era principalmente para o público que iria fazer alguns esclarecimentos porque os deputados dispunham dos dados através dos documentos da CMS. -----

-----Sobre a questão porque é que a CMS trazia à AMS estes dois empréstimos era precisamente devido à situação financeira que o Município atravessava que do seu ponto de vista era boa e recomendava-se e fruto disso era o spread que os bancos haviam concedido à CMS. -----

-----A CMS quando elaborara o orçamento para 2016 dissera na AMS que iria propor a contratação de dois empréstimos cujo montante seria inferior à amortização do capital em dívida dos empréstimos de médio e longo prazo. Como já havia sido referido hoje, a amortização para o próximo ano seria de 1 milhão 742 mil euros e a CMS trazia à AMS 2 empréstimos que totalizavam 1 milhão e 733 mil euros, ou seja, não agravando o endividamento da CMS, mais, estava convicto que a CMS trazia hoje aqueles dois empréstimos mas a totalidade dos empréstimos não seria despendida durante o ano de 2016 dado os concursos que teria de realizar, que eram processos muito burocráticos. Só para os presentes terem uma noção a CMS tentara adquirir um autocarro em 2015, que ainda não chegara e nem sequer estava pago. Os procedimentos estavam a demorar cerca de um ano com a abertura do concurso, a análise dos cadernos de encargos, a análise das propostas, as reclamações, até à viatura ficar adjudicada, montada, e ser disponibilizada, o que também demorava cerca de 3 a 4 meses. -----

-----Continuando a sua intervenção disse que fazendo a destriça entre os dois empréstimos, começou pelo empréstimo da aquisição das viaturas explicando que para o equipamento circulante o empréstimo de 735 mil euros, sendo 160 mil para 5 viaturas / carrinhas de caixa aberta, 4 mais uma que já estaria a vir, 210 mil para uma Viatura RSU – 3 eixos, 120 mil para um Autocarro e 245 mil para uma Viatura de Recolha de Lixo – MOLOKS com um sistema MULTISPLIT que permitiria recolher quer os MOLOKS quer o lixo indiferenciado que estava ao lado dos contentores com uma caixa compactadora. --

-----Como já fora referido pelo Deputado João Rodrigues, a amortização deste empréstimo era

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

inferior ao período de vida útil dos bens. Seria uma amortização durante 5 anos com um ano de carência, e o spread de 1,1%.-----

-----No que respeitava ao empréstimo de longo prazo no valor de 998 mil euros, de 12 anos com mais 2 anos de carência, cujo montante seria para aplicar 30 mil euros na beneficiação do Pavilhão Municipal de Sampaio, na questão da eficiência energética; 99 mil euros na rede de esgotos da Avenida dos Combatentes, que era a estrada que saía do antigo Largo da GNR que passava depois junto à Escola Navegador Rodrigues Soromenho. A estrada seria toda pavimentada e antes disso seria feita uma remodelação da rede de esgotos; 200.000€ para a reabilitação da conduta do Casalão / Venda Nova; 170 mil na conduta distribuidora - Central de Sesimbra / Reservatório do Feijão / Cineteatro; e 499 mil euros para novas pavimentações no Concelho. -----

-----Aproveitando para responder ao Deputado Manuel José Pereira, sobre os compromissos da autarquia e os atrasos verificados fruto das várias dificuldades que haviam surgido ao longo do lançamento da obra e execução dos projetos, e tivera sobretudo a ver com a questão da CMS ter de negociar em quase todas elas, o alargamento das vias, ou seja falar com todos os proprietários, e alguns estavam recetivos mas outros menos recetivos, e a obra só avançava se todos estivessem de acordo. Outra questão tivera a ver com entidades externas à própria autarquia, nomeadamente EDP e PT na deslocação dos postes porque alguns deles ficariam no meio da estrada, o que prolongara o processo, os projetos, a análise dos concursos, a seleção das empresas. No pacote que deveria estar concluído em 2015, a autarquia para poupar dinheiro, recorrera a recursos aos serviços da CMS para regularizar todas as estradas para depois ser colocado o alcatrão / pavimento, mas dados os recursos verificou-se que não seria a melhor solução, o que também atrasara as obras. A agravar, algumas das pavimentações não se puderam fazer devido ao estado do tempo, porque algumas em zonas de barro e quando eram mexidas era muito difícil pavimentar. Portanto todos estes condicionalismos haviam atrasado as pavimentações em 2 a 3 meses. Podia acrescentar que cerca de 80% das obras que estavam naquela calendarização, neste momento já estavam terminadas, e as outras estavam neste momento em fase de conclusão.-----

-----O valor de 499 mil euros do empréstimo de longo prazo, como fora dito na reunião das Comissões, a CMS iria lançar 3 a 4 concursos, exatamente para evitar estas situações. Existia um levantamento exaustivo de todas as estradas que iriam ser ou repavimentadas ou pavimentadas pela 1ª vez porque se tinha que esperar pela rede de esgotos e da substituição das condutas das águas. Os serviços haviam elencado, por prioridade, zona de maior circulação, maior densidade habitacional, se já tinha ou não rede de esgotos, ou seja os serviços haviam elencado obras para uma séria de anos. Este

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

ano contemplaria variadíssimas ruas no Zambujal, Casalão, Cotovia, Pedreiras. Chamou em seguida a tenção que neste empréstimo não estavam ruas na Quinta do Conde mas no Orçamento estavam contempladas verbas bastantes substanciais para as artérias da Quinta do Conde. O que referira tinha a ver com artérias na freguesia do Castelo com exceção daquela da rede de esgotos na freguesia de Santiago.-----

-----Retomando a palavra a **Sra. Vice-Presidente da CMS** acrescentou que relativamente à pavimentação e ordenamento da circulação e estacionamento em torno do núcleo das escolas de Sampaio estava pendente da autorização do Ministério da Educação que havia sido solicitada há 2 ou 3 meses, que era proprietário dos terrenos da Escola Básica do Castelo, para se poder proceder ao que estava definido no Plano, ou seja, o alargamento do passeio teria de ser feito à conta do derrube do muro da escola para ganhar espaço, cerca de 10 metros, para que o passeio pudesse ser alargado e o estacionamento pudesse ser ordenado. As palmeiras manter-se-iam. A CMS não poderia avançar com a obra sem autorização do Ministério.-----

-----A operação prevista iria até à Rua do Areal. Existia um estudo elaborado pela técnica camarária Isabel Marquês que previa não só o ordenamento da circulação e estacionamento em torno do núcleo das escolas mas até à Rua do Areal com a colocação de passeios e zonas onde não existiam passeios. A CMS iria fazer uma candidatura ao POR 20 20, mas ia depender da autorização do Ministério da Educação para se poder fazer a operação dentro do terreno do Ministério. -----

-----Prestados todos os esclarecimentos, a **Sra. Presidente da AMS** disse que estavam reunidas as condições para colocar à votação as duas propostas de contratação de empréstimos conforme referido no início da discussão do ponto. -----

-----Nesta conformidade colocou à votação a proposta da CMS de Contratação de empréstimo a longo prazo até 998.000 €, destinado a financiar investimentos municipais nas áreas do desporto, rede de esgotos, água e rede viária – condições contratuais, tendo a AMS deliberado, por unanimidade, autorizar a contratação do empréstimo bancário de longo prazo até 998.000 € (novecentos e noventa e oito mil euros) ao Crédito Agrícola da Costa Azul, nas condições constantes do relatório de análise de propostas, destinado a financiar parte dos custos globais de uma série de investimentos municipais inscritos nas Grandes Opções do Plano vigentes, nas áreas e montantes, a saber: Desporto: Beneficiação do Pavilhão Municipal de Sampaio – Eficiência Energética - €30.000; Rede Esgotos: Esgotos na Avenida dos Combatentes - €99.000; Água e Recursos Hídricos – Sistema de abastecimento: Reabilitação da Conduta Casalão – Venda Nova - €200.000; Conduta Distribuidora Central de Sesimbra – Reservatório do Feijão –

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Cineteatro - €170.000; Rede Viária: Novas Pavimentações no Concelho - €499.000. -----

-----À pergunta da Presidente da AMS se algum Deputado pretendia apresentar Declaração de Voto, nenhum Deputado manifestou essa vontade. -----

-----De seguida a Presidente da AMS colocou à votação a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra de Contratação de empréstimo a médio prazo até 735.000 €, destinado a financiar investimentos municipais nas áreas da aquisição de equipamento circulante – condições contratuais, tendo a Assembleia Municipal deliberado, **por unanimidade**, autorizar a contratação do empréstimo bancário de médio prazo até 735.000 € (setecentos e trinta e cinco mil euros) ao Crédito Agrícola da Costa Azul, nas condições constantes do relatório de análise de propostas, destinado a financiar parte dos custos globais de uma série de investimento municipal com projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano vigentes, na área do Equipamento Circulante e montantes a saber: Aquisição de Equipamento Circulante: Outas viaturas - €160.000; Viatura RSU – 3 eixos - €210.000; Autocarros - €120.000; Viatura de Recolha de Lixo – Moloks - €245.000. -----

-----À pergunta da Presidente da AMS se algum Deputado pretendia prestar Declaração de Voto, nenhum Deputado diligenciou nesse sentido. -----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos a presidente da AMS deu início ao debate do 3.º ponto – **“Aprovação da Minuta de Protocolo de Delegação de Competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa, relativas ao Regime Jurídico de Serviços Públicos de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho.”** -----

-----Disse que este assunto havia sido remetido à Comissão “2” da qual era Coordenador o Deputado Nuno Nabais e decorrera igualmente com a presença dos Vereadores Sérgio Marcelino e José Polido.----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Nuno Nabais** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Vereador Sérgio Marcelino fizera um enquadramento da situação desde há vários anos relativamente à questão da Autoridade Metropolitana de Transportes, o grupo de trabalho criado desde essa altura, a questão da Lei 52/2015, de 9 de junho que estabeleceu o Regime Jurídico de Serviços Públicos e definira atribuições e competências aos municípios no domínio do serviço público de transportes, tendo sido dado a conhecer que ao nível das Autarquias, cada município se transformara numa autoridade de transportes. -----

----- Daí a questão colocada de como seria futuramente realizada esta gestão quando os municípios não tinham os recursos humanos nem materiais necessários, acabando por considerar, exceto o Município de Cascais, que era desejável a delegação de competências na Área Metropolitana de Lisboa.

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foram apresentadas questões pertinentes pelos Deputados em torno da questão de carreiras a nível interno, urbano e a melhoria dos serviços.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que o Grupo Municipal do BE votaria favoravelmente nesta proposta porque seria provisória. Disse que mais tarde apresentaria uma Recomendação sobre a questão dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa e que, tal como o Vereador dissera, havia um grupo de trabalho na AML sobre esta questão e seria importante que essa Comissão estudasse a possibilidade a médio prazo de constituir uma sociedade intermunicipal que tivesse uma frota própria que aproveitasse os programas da Comunidade Europeia para a alteração de frotas eléctricas que para além da protecção do ambiente, tinham uma grande participação da Unidade Europeia a nível económico. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que o Grupo Municipal do PS considerara que esta proposta era uma evolução no sentido favorável e que ao nível dos municípios não existiam condições para que tivessem recursos. Disse que os problemas do município de Sesimbra eram do conhecimento de todos e que havia a necessidade de apostar decisivamente e que o facto de agora existir esta delegação de competências permitiria uma maior proximidade com um Vereador ou Presidente presente nas discussões, haveria recursos técnicos disponibilizados pelo órgão metropolitano. -----

-----Salientou as dificuldades a nível interno como apenas um autocarro urbano na Freguesia da Quinta do Conde e outros aspetos como a ligação da Quinta do Conde para a Lagoa de Albufeira e as ligações ao grande “interface” da região como Coina e os problemas da acessibilidade a qualquer uma das travessias do Tejo. -----

----- O Deputado fez votos para que esses problemas pudessem ser resolvidos e que agora se ficaria com uma voz mais ativa e mais perto dessa resolução. -----

-----Voltou a referir que a Vila de Sesimbra tinha ainda por resolver os problemas de circulação e estacionamento e que agora havia oportunidade para serem resolvidos desde que os recursos técnicos colocados à disposição fossem competentes e capazes e percebessem que estavam numa área metropolitana que não era apenas Lisboa nem a Linha de Sintra mas também a Margem Sul. -----

-----Relativamente à proposta do Deputado José Guerra disse não considerar de todo absurdo que houvesse uma maior ligação nos municípios que mais tinham a ver com Sesimbra como o Seixal, Setúbal, Barreiro e Almada. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que o Grupo Municipal do MSU concordara igualmente com esta delegação de competências pelo facto da sua capacidade negocial ser

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

superior à dos municípios em termos individuais. Disse que a questão colocada e as reservas que poderiam existir era a capacidade de poder negocial do município de Sesimbra junto da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Disse ainda que o recomendado seria que as partes envolvidas neste processo fossem ativas e conseguissem mais força para Sesimbra. -----

-----Referiu que esta vantagem fora resultado do facto de existirem muitas ligações entre o Concelho de Sesimbra e os restantes Concelhos devido à existência de grandes fluxos diários de Sesimbra para Lisboa e para Setúbal.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que o Grupo Municipal do PSD votaria favoravelmente este ponto e esperava que com esta integração o Concelho de Sesimbra viesse a ter mais força e que um dos pontos que se vinha a arrastar, nomeadamente a passagem dos autocarros junto dos estabelecimentos de ensino às horas de saída dos alunos, fosse revista para coordenação dos horários dos autocarros com os horários escolares.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que disse que este fora o passo seguinte necessário e que sem este protocolo não seria possível aproveitar estas valências sem quaisquer custos para a Autarquia.-----

-----**A Presidente da AMS** deu por concluídas as intervenções sobre esta questão e cedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que antes de passar a palavra ao Vereador Sérgio Marcelino disse que em relação à regulação dos horários dos autocarros de transporte público com os horários escolares, após reunião anual com os TST, a CMS cedia e adequava o horário da passagem dos autocarros com os dos alunos. Disse que estes horários poderiam resvalar e apanhar algum trânsito fazendo com que os horários não fossem cumpridos na perfeição. Este assunto esteve em discussão no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e a Autarquia de Sesimbra era o financiador da circulação dos transportes públicos do Concelho, ao contrário de outros. -----

-----Disse que a maioria dos autocarros no Concelho de Sesimbra circulava pelo facto de grande parte dos utentes serem estudantes e que a população escolar em Almada era três vezes maior do que a de Sesimbra e que gastava apenas 60.000€ em transportes escolares enquanto Sesimbra gastava dez vezes mais (600.000€). Esta discussão deveria ser feita quando fosse discutida qual a participação de cada município no serviço público pretendido para a Área Metropolitana de Lisboa incluindo a capacidade de intervenção da Autarquia. -----

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente às questões colocadas sobre a delegação de competências, a Sra. Vice-Presidente passou a palavra ao Vereador Sérgio Marcelino. -----

-----O **Vereador Sérgio Marcelino** disse que o Deputado Nuno Nabais havia feito uma introdução sucinta sobre o falado na reunião e o enquadramento legal desta Lei. Disse que começava por distinguir as duas Autoridades Metropolitanas de Transportes: a de Lisboa e do Porto e que haviam sido criadas 308 autoridades correspondentes aos municípios e Áreas Metropolitanas e outras Entidades Regionais que ao Abrigo do Artigo 10º, se poderiam criar Organizações Intermunicipais de Transportes o que causaria bastante confusão. No âmbito deste enquadramento, a AML achara por bem lançar uma discussão até se chegar ao atual ponto de situação. -----

-----Disse que não era só a Assembleia Municipal de Sesimbra, o órgão deliberativo, a votar mas também os municípios do Seixal, Palmela, Setúbal e Lisboa. Disse que não referira na reunião de Comissão que era a Autarquia a financiar o transporte escolar em Sesimbra e que não fora feita uma transferência aos TST para suportar o serviço público prestado mas que sim uma transferência dos “passes” dos alunos, não tendo o operador de transportes qualquer prejuízo para garantir os transportes, pois como já havia sido referido, a Autarquia suportava todos os transportes existentes. -----

-----Disse que os transportes eram diminutos, realizados entre a Vila de Sesimbra e a Quinta do Conde apenas uma vez no período da manhã e outra vez no período da tarde. -----

-----Referiu que a AML achara por bem criar um grupo de trabalho para fazer a abordagem e que a razão da aprovação, do ponto de vista do Diploma, em que o Decreto-Lei dizia que o Regime transitório de financiamento era até 30 de junho de 2016 e estava a ser aprovado três meses antes de esse prazo terminar porque a Área Metropolitana teria de negociar com os operadores, lançar um sistema informático dos autocarros e informar o número de utentes. Foi quase uma exigência da AML e um acordo realizado entre os municípios que as Autarquias iriam tentar aprovar este Protocolo nas Assembleias Municipais até ao final de fevereiro. Desconhecia se todos os municípios o conseguiriam fazer mas que a grande maioria já o deveria ter concretizado. -----

-----Referiu que o único município que votara contra este Protocolo fora o município de Cascais porque considerara ter os meios financeiros e recursos humanos necessários para ser ele próprio a autoridade de transportes do seu município. O município de Lisboa votara a favor mas com a colocação de algumas imposições por ser o mais complexo a nível de transportes, carecendo de uma maior análise. -----

-----Disse que a delegação de competências terminava com o final do mandato e que seria sujeita a nova apreciação e aprovada pela Assembleia Municipal com o novo Executivo. Em termos de delegação

Ata nº29 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de competências, se a Autarquia considerasse que a AML não estava a garantir os seus interesses, poder-se-ia denunciar e terminar este Protocolo.-----

-----Disse que a maior dificuldade era organizar e compatibilizar a frota existente e que um dos objectivos colocados seria melhorá-la, e defender na AML a existência de mais transportes públicos com maior regularidade.-----

-----A Presidente da AMS colocou à votação a **“Aprovação da Minuta de Protocolo de Delegação de Competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa, relativas ao Regime Jurídico de Serviços Públicos de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho”**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal de Sesimbra, autorizar a celebração do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Sesimbra, enquanto autoridade de transportes municipais, na Área Metropolitana de Lisboa, nos termos, condições e com os fundamentos constantes da minuta de protocolo anexada ao processo.-----

-----Foi dispensada a leitura da ata em minuta, da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião era vinte e três horas e vinte e quatro minutos do dia 26 de fevereiro de 2016. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.